



Currículos excludentes - A construção de uma sociedade LGBTQISfóbica

¹Fábio Pinheiro Ramos de Souza

RESUMO

Os currículos enquanto base das relações de ensino-aprendizagem se estrutura enquanto diretrizes de formação laboral e moral. As novas demandas das minorias sociais, crescente no último século, mostram-se acuadas dentro de uma tradição escolar planejada para o controle dos corpos e dos saberes. A formação está a cargo de um currículo pensado para a exclusão e dominação das práticas, não havendo, de forma estrutural um pensamento inclusivo. As normatividades, desse modo, integram os ciclos de políticas dos currículos, e dentro delas, lançam como artifícios as violências simbólicas para a coerção e invisibilidade LGBTQIS. Pedagogias pensadas para a opressão se fazem presente nessa dialética entre (re) produção de LGBTQISfobias, a escola, desse modo, constrói um currículo excludente que contribui para os processos de construção de uma sociedade LGBTQISfóbica.

Palavras-Chave: Currículo, Exclusão e LGBTQISfobia

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo entender as dinâmicas formadas na relação de produção/ reprodução de LGBTQISfóbias a partir dos currículos escolares. O currículo enquanto norteador das pedagogias tem fundamental importância nas diretrizes educacionais. Assim, compreendê-lo é de fundamental importância já que as pedagogias de repressão - *pedagogia do armário* e *pedagogia do insulto* - também perpassam pelo mesmo. A escola vista como instrumento de controle dos corpos por Foucault e, de forma analítica, enquanto *campo* para Bourdieu, esse artigo destrincha as relações entre a produção e reprodução de uma sociedade LGBTQISfóbica. Desse modo, entender os mecanismos dos currículos excludentes é de fundamental importância para que possamos combater a evasão escolar, o bullying e promover o respeito à diversidade sexual e de gênero, provenientes do mesmo.

¹ Mestrando do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ,
pinheirof54@gmail.com

Assim, temos como formador dessas práticas, as relações interpessoais e estruturais dos currículos e das políticas que os constroem. Entender os ciclos de políticas, por exemplo, é de extrema importância para compreender as disputas que estão atreladas a formação dos currículos, e as transformações entre a sua proposta, a sua formação e, por fim, aplicação. As dinâmicas, desse modo, estão atreladas nas articulações dos currículos praticados dentro das escolas que, por sua formação histórica, servem a um conservadorismo social.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizado a metodologia bibliográfica, analisando as relações do currículo frente às aplicabilidades sobre os conceitos abordados. Dentro de uma coleta de dados em sites jornalísticos, relatórios da área educacional e relatos provenientes de pesquisas de campo. A articulação dos objetos estudados através dos conceitos foi estabelecida dentro de uma análise de documentos.

DESENVOLVIMENTO

Os desafios de um sistema educacional, que promova a inclusão entre as diversidades sociais, se faz necessário com as novas questões indenitárias. O surgimento de movimentos sociais politizados no final do século XX consolida-se no início do século XXI, cobrando novas políticas que supram as necessidades plurais das sociedades pós-modernas. O movimento LGBT², que desde os anos de 1980 vêm através de marchas, petições públicas e organizações civis conquistando direitos que antes eram negados. A escola, entendida em suas diversas versões foram eleitas pela sociedade como a responsável pela transmissão e validação dos conhecimentos que devem ser transmitidos. Foucault explica que a formação do cidadão, dessa forma, está ligada diretamente a um projeto de educação, um projeto de escola, em que valores são transmitidos e cultivados. Os saberes desenvolvidos nesses processos pedagógicos em sala de aula e ou em seu espaço escolar fazem parte do que se intitula

² LGBT - Sigla genérica para o movimento de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans até a primeira década do século XXI.

currículo. Ele será o responsável pelas diretrizes que irão compor as práticas pedagógicas, os saberes e competências dentro do âmbito escolar. Sendo entendido como

A noção de “currículo em ação”, que remete à pluralidade de situações formais ou informais de aprendizagem, geralmente sob a responsabilidade da escola, vivenciadas por estudantes (e também docentes, dirigentes e funcionários/as), que podem ou não ser planejadas e, ainda, ocorrer dentro ou fora da sala de aula. É aquilo que ocorre de fato nas situações vividas pelas escolas, e não o que era desejável e/ou institucionalmente prescrito. (GERALDI, 1994, p.117)

O currículo, nesse caso, é o marco central das políticas aplicadas nos espaços educativos. Assim, o norte da escola, para integração ou segregação de práticas, culturas e identidades perpassa pelo mesmo. As relações vividas pelas populações LGBTQIS de preconceito e bullying nas escolas, são muitas vezes, reflexos das relações de preconceito da sociedade. Assim, os indivíduos que destoam do diapasão heteronormativo são postos à margem das preocupações centrais de um currículo e de uma educação supostamente para todos (BUTLER, 1999; LOURO, 2004). Em um processo cíclico de uma formação LGBTQISfóbica da sociedade, e uma escola reprodutora dos costumes da mesma, chegamos a uma problemática: Como o currículo tem responsabilidade pelas práticas LGBTQISfóbicas na escola? Entender esses processos atrelados a construção do currículo escolar estão dentro de disputas por diversos outros setores da sociedade.

A abordagem sobre a marginalização de LGBTQIS necessita ser reconfigurada para a base do problema. A escola, direito do cidadão, formadora dos princípios morais e responsáveis pela entrega da mão-de-obra para o mercado de trabalho está falhando. Dados de 2015 mostram que 73% dos LGBTs entrevistados entre 13 e 21 anos já sofreram algum tipo de discriminação na escola. A pesquisa realizada pela ABGLT³, uma rede que reúne 308 organizações pelo país evidencia o que também é uma realidade fora da escola. O currículo escolar, dessa maneira, não está incluindo a problemática LGBTQIS nos processos e relações escolares. O conceito que muitos teóricos utilizam-se para esse processo de invisibilidade e ou não abordagem de temas e problemáticas no currículo, é o de *currículo oculto*. Nesse

³ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) é uma organização brasileira, fundada em 31 de janeiro de 1995 com o objetivo e a missão de "promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs

entendimento, as relações que não estão dentro do *currículo oficial* seriam entendidas como parte não integrante do mesmo. Neste artigo, será trabalhado o entendimento de que todas as práticas efetivamente realizadas na escola, por alunos, professores e funcionários estarão ligados diretamente ao currículo. O currículo oficial é, dessa maneira, o currículo praticado.

Mainardes (2006) diz que os ciclos de políticas, baseados nos conceitos de Stephen Ball e Richard Bowe estão permeadas em três facetas; a política proposta, a política de fato e a política em uso. O ciclo de políticas, dessa maneira, norteiam os currículos escolares em suas propostas que, em muitos casos, são formados de forma verticalizada. Temos, no entanto, a aplicabilidade e a execução dessas políticas que nem sempre são cumpridas ou feitas da forma original. A não ortodoxia das políticas propostas que articulam os currículos apresenta-se para LGBTQIS de duas maneiras. Por um lado, a invisibilidade proposta de forma verticalizada, das políticas propostas, pode ser reconfigurada pela aplicabilidade no espaço escolar. Por outro, as políticas de uso podem representar, por sua variabilidade, um perigo, principalmente quando as políticas de fato - as legislações e textos políticos - não possuem abrangência direta ao grupo em questão. Vetada no ano de 2017, parte do texto da BNCC que conferia a obrigatoriedade do ensino sobre respeito à diversidade e orientação sexual é um exemplo de tal importância. Assim, o que temos é a instituição escolar mostrando-se cruamente como uma instituição disciplinar (FOUCAULT, 1997).

Um trabalho desenvolvido pelo pesquisador Rogério Diniz Junqueira⁴, analisa as relações do currículo e as práticas homofóbicas na escola pública brasileira. Desse modo, trabalha com relatos e conceitos como o da *pedagogia do armário*, onde deixa claro como as heteronormatividades do currículo excluem aqueles que não estão dentro do padrão pensado por ele. Em um de seus relatos abordou a seguinte situação relatada por um professor de Educação Física:

“Os meus alunos protestaram contra a permanência de um colega gay no time de futebol. Disseram: “Veado é a pior coisa que existe!” Temos um problema em minha escola: um garoto afeminado demais, com muitos trejeitos. Ele apanha sempre dos colegas, e todos os professores riem dele. Já lhe disse: “Tu és gay, eu respeito, mas pára de desmunhecar, pois estás atraindo a ira dos outros sobre ti.” Mandei chamar a mãe dele. Ele está com 6 anos agora. [...] Que fiz com os outros? Fazer o quê?”

⁴ Pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e é Pesquisador Colaborador Pleno junto ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

No discurso do professor de Educação Física temos a exemplificação do conceito abordado sobre a *pedagogia do armário*. Ela, quando integra o currículo escolar, faz das relações de gênero e sexualidade desviantes do padrão heterossexual e ou cis⁵ gênero, uma diferença que deve ser combatida - e em explícita relação ao armário - guardada. No mesmo diálogo o problema abordado pelo professor, não é a discriminação e homofobia, e sim, a própria existência - e diferença - do aluno. O controle das condutas tidas como transgressoras do que se entendem como corretas pela sociedade é apontada por Foucault como semelhantes em suas várias esferas de dominação. Para que

a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os 11 detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são os portadores. (Foucault, 2002, p. 166)

Outro conceito importante, abordado pelo autor, é o da *pedagogia do insulto*, em que há mescla de práticas, classificações, relações de poder, atitudes excludentes, elaborações de conhecimentos e saberes presentes no cotidiano escolar que atuam por meio dos sujeitos e das diferenças que o currículo constrói, divulgam e defendem sob o comando de normas de gênero e da heteronormatividade (BARREIROS, 2017). Nele o autor entende que as práticas de discriminação por alunos, professores e pelo próprio currículo, então diretamente ligados a um processo de ensinamento da conduta para com o próximo. Em uma das declarações dos professores entrevistados, temos o seguinte relato:

“Numa festa, um menino de 5 anos ficou com o último balão. Não queria porque era cor-de-rosa. A quem passava ele dizia: “Olha, eu não escolhi esse balão”. Temia que o pai viesse buscá-lo. Depois, a coordenadora disse para não fazermos mais balões rosas nas festas em que há meninos. O vice-diretor sempre se refere a um determinado aluno como “aquela coisa””.

Nesse relato trazido por Junqueira, temos a exemplificação do conceito da *pedagogia do insulto*. A *pedagogia do insulto*, nesse caso, seriam práticas rotineiras em que, com o discurso verbal e não verbal, o aluno seria “educado”, através de violências, a não cometer práticas, hábitos e condutas tidas como não normativas. Os conceitos, anteriormente apresentados

⁵ Cisgênero é a oposição do transgênero, pois este último se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído quando nasceu.

nesse artigo, estão relacionados a outro conceito trabalhado por Bourdieu, a *violência simbólica*. Nesse sentido, o currículo pode ser utilizado, por toda a sua potência enquanto norteador das práticas escolares, como um instrumento para produzir - e reproduzir - uma sociedade homofóbica. Bourdieu diz que para que a dominação simbólica funcione, é necessário que os dominados tenham incorporado às estruturas segundo as quais os dominantes os apreendem; que a submissão não seja um acto de consciência susceptível de ser compreendido na lógica do constrangimento ou na lógica do conhecimento. (BOURDIEU, 2002, p. 231) ou por Foucault em sua afirmação de que a violência não precisa ser física, marcada no corpo, mas não deixa de ser uma violência psicológica, em que o próprio indivíduo com receio de ser punido ou excluído, se autovigia constantemente.

Assim, os currículos, em suas amplas aplicações, possuidor de múltiplas moradas, em escolas que não se fazem singulares, estão sendo postos como afirma César⁶ (2010, p. 5), em seu pensamento foucaultiano, que o “sexo bem educado” fez (faz) parte da formação escolar. Assim, entendemos que

a escola é um espaço obstinado na (re) produção e atualização dos parâmetros da heteronormatividade, a qual está no cerne das concepções curriculares de uma escola empenhada em garantir o êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero (BUTLER, 2003).

Dessa forma, os currículos escolares estão atrelados a formação que ultrapassa a ideia de construção do conhecimento objetivo e laboral. As práticas aprendidas e reproduzidas na escola - e orientadas pelos currículos - fazem parte de um sistema mais amplo de sociedade que o prioriza, em disputas na busca do domínio dos saberes e práticas sociais.

Para entendermos de forma mais efetiva a relação entre currículo e seus impactos na construção de uma sociedade, Bourdieu apresenta o conceito de *habitus*. Ele se organiza pelo entendimento de que as práticas sociais e a construção do indivíduo ocorrem através dos valores e as corporalidades. Assim, a construção do ser humano perpassa pela interação do ethos e hexis. O ethos estaria ligado aos princípios, valores e moral do cotidiano em constituem o indivíduo durante a sua formação, o hexis às corporalidades, posturas e relações com o corpo em que o indivíduo foi submetido ao *campo* durante a sua construção social. Esses dois conceitos, somados ao *habitus* expõem as dificuldades da aceitação e respeito às

⁶ Professora do Departamento de Teoria e Prática de Ensino do Setor de Educ. e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero/ UFPR.

diferenças de performividade de gênero⁷ e sexualidade. A construção de uma “normalidade” LGBTQIS, dentro dos conceitos apresentados, se faz de forma estruturante, o que dificulta as normatizações de ethos e hexis diferentes. É importante ressaltar que as condições de reprodução, não eximem as diferenças que possam existir entre as minorias anteriormente citadas, que possuem origens sociais diferentes, perpassando pelas categorias de classe e raça. Assim, o conceito de *campo* é determinante para os processos de maior ou menor discriminação, já que na sociedade capitalista a classe - e as construções histórico sociais de raça - são pontos importantes nas relações de exclusão, mesmo em minorias da mesma categoria. Para que haja uma mudança dos conceitos de normalidade dos comportamentos e da moral, uma mudança do *campo*, ou seja, da escola, poderia ser potencial.

A escola, eleita pela sociedade como instituição apta para fazer a transmissão dos conhecimentos e moralidades tida como válidos pela sociedade, é na realidade, junto da religião, família e mídia, um instrumento de dominação e controle dos ethos e hexias, pondo como barreira muitas vezes, os mesmos. Com o controle das ações, e dos conhecimentos da elite econômica e moral, possuem o controle dos corpos, comportamentos e conhecimentos que, em muitos casos, não fazem parte da realidade dos (as) alunos (as). Dessa forma, o capital cultural, também passa a ser uma barreira para avançar nos anos escolares. A evasão, em muitos casos, ocorre pelo não enquadramento dos ethos e hexis e do capital cultural adquirido durante o processo de formação do *habitus*, integrantes do currículo. A estrutura das pedagogias do armário e do insulto são mecanismos de controle dos corpos, nesse processo de preparo social.

Dessa forma, a dominação, através do processo da reprodução das culturas, normas e práticas dominantes são disseminadas dentro da estrutura escolar. Pessoas trans, gays, lésbicas, bissexuais e ou que possuam algum comportamento não normativo de gênero, por transgredirem as normas estabelecidas por tais culturas, estão a todo o momento passando por violências simbólicas - e não somente- para que haja um enquadramento, uma efetiva reprodução. Esse reforço do *habitus*, através das pedagogias, é entendido pelo autor como um processo que

produz o desconhecimento das limitações implicadas nesse sistema, de sorte que a eficácia da programação ética e lógica por ele produzida se

⁷ Performividade de gênero - O gênero é entendido como uma construção social, e por isso, o gênero pode ser atribuído ao indivíduo sem que haja uma relação biológica pré-definida.

encontra redobrada pelo desconhecimento das limitações inerentes a essa programação. A ação pedagógica tende a produzir o reconhecimento da legitimidade da cultura dominante, tende a lhes impor do mesmo modo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural. (BOURDIEU; PASSERON, 1982,p. 52-53)

Assim, há uma formatação dentro da escola, lugar que foi construído para não servir a diversidade e de legitimação de uma classe. Dessa maneira, a escola enquanto *campo* funciona como um sistema de filtro social.

REFERÊNCIAS

BARREIROS, Douglas Paulino. Pedagogia do insulto: A exclusão atuando no currículo escolar. Revista educação, São Paulo, 2017.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. ____ Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CESAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”, Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR

CAMARGO, A. de; MARIGUELLA, M. Cotidiano escolar. Piracicaba: Jacintha, 2007.

CARVALHO, M. de. Avaliação escolar, gênero e raça. Campinas: Papirus, 2009.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERALDI, C. Currículo em ação: buscando a compreensão do cotidiano da escola básica. Proposições, Campinas, v. 5, n. 3 [15], nov. 1994.

HELLER, A. O cotidiano e a história. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JUNQUEIRA, R. (Org.). Diversidade sexual na educação. Brasília: MEC, 2009. LOURO, G. (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. _____. Gênero, sexualidade e educação. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.



MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.